

COISAS DA POLÍTICA

ROSENTAL CALMON ALVES

A 'caixa preta' do BC que Itamar quer abrir

O governo Itamar Franco vai recomçar depois de amanhã. Será sua terceira fase e se espera que, desta vez, o arranque seja mais forte. A primeira foi o tímido início do *interinato*, com os retratos de Fernando Collor pairando sobre as mesas de todos os funcionários graduados da República. A segunda foi o complicado período que agora se encerra, caracterizado inicialmente pelas divergências públicas entre o ex-ministro da Fazenda Paulo Haddad e o presidente, pelo começo da gestão de Eliseu Resende e, principalmente, pela inusitada falta do Orçamento da União, que só está dando o ar da graça agora, quase no final de abril.

O governo gerou uma grande expectativa para os anúncios que serão feitos na reunião ministerial de sábado, embora tratando sempre de minimizar o impacto imediato. "Não haverá choque nem pacote" — esta frase virou a ladainha mais repetida pela equipe econômica para tranquilizar o mercado, que, resignado, acaba acreditando. Numa reunião com Eliseu, Fernando Henrique, Mauro Durante, José de Castro, Henrique Hargreaves e outros auxiliares, Itamar trabalhava ontem nos dois discursos que vão inaugurar a terceira fase do governo. Os textos que Itamar e Eliseu vão ler contêm um plano de ação, cujas linhas mestras já foram antecipadas pela imprensa.

Até agora não está bem claro, no entanto, se o presidente vai conseguir mexer logo na "caixa preta do Banco Central". Ele mesmo tomou a iniciativa de tocar neste tema recentemente, numa conversa com editores do JORNAL DO BRASIL, criticando severamente o corporativismo reinante naquela instituição e o excesso de poderes que ela concentra. Há meses, o presidente parece convencido de que só mexendo no BC é que será possível tirar a economia brasileira do círculo vicioso em que se encontra. Pode ser até que o presidente esteja enganado, mas, como ele acha que a instituição virou uma *caixa preta*, não há maneira de se tirar essa dúvida até que se alcance a transparência desejada.

Diante de repórteres que insistiam em saber que tipo de mudança da ordem econômica do país ele quer realizar e quando ocorrerá isso, Itamar pediu ontem que se aguarde a reunião de sábado. Mas deu uma dica: nem tudo pode esperar a revisão constitucional. Infere-se, portanto, que haverá alguma mudança da ordem econômica a partir dos anúncios de sábado e não seria surpresa se a questão do Banco Central fosse tocada. O próprio presidente do BC, Paulo César Ximenes, já reagiu às declarações de Itamar sobre a *caixa preta*, assegurando que está tomando medidas de efeito imediato no sentido de dar transparência às operações relacionadas ao Tesouro.

O fato é que o Banco Central tem mesmo um poder extraordinário nas atuais circunstâncias da crise econômico-financeira do Brasil. O BC é responsável pelo giro de todo o volume da dívida pública. Cabe a seus técnicos

e diretores tomar decisões diárias que determinam a taxa de juros e o rendimento dos ativos financeiros. São decisões que podem enriquecer ou empobrecer rapidamente investidores do mercado financeiro altamente especulativo que temos no país. E todas essas operações sensíveis são realizadas na tal *caixa preta*, que começa pelo misterioso relacionamento entre o Banco Central e o Tesouro Nacional. O presidente quer uma separação mais clara entre essas duas áreas e quer maior controle sobre as operações. Formalmente, o único controle que existe sobre o BC cabe ao Conselho Monetário Nacional, integrado pela equipe econômica do governo e 5 ou 6 convidados, representantes do empresariado e dos trabalhadores. Na prática, o BC age com enorme autonomia e sem o controle efetivo do Congresso, que seria o natural numa democracia.

Os títulos da dívida pública brasileira ganharam um caráter praticamente autônomo e não correspondem mais a contrapartidas em déficit fiscal. Os títulos novos vão sendo emitidos apenas para pagar os antigos, numa permanente transferência de recursos do Tesouro ao BC, para pagar juros. O assunto é muito complexo e são poucos os parlamentares interessados em destrinchá-lo. Itamar sabe que mexeu num vespeiro, mas está decidido a ir adiante. Ele compreendeu cedo que, na questão dos juros, por exemplo, uma decisão da tecnocracia do BC fala mais alto que uma ordem do Planalto. Um deputado do PT comentava recentemente que não consegue na *caixa preta* do BC nem mesmo informações básicas sobre o quadro de pessoal. Diga-se de passagem que os funcionários do BC estão entre os mais contemplados com benefícios no serviço público e ainda recorrem maciçamente à Justiça em busca de mais e mais.

O corporativismo, aliás, é comum em bancos centrais de outros países e é bom olhar para fora neste momento em que está virando moda novamente em Brasília achar que um BC independente será a salvação da pátria. Nos Estados Unidos e na Europa, existe um crescente questionamento sobre a eficiência de um BC autônomo. Em Washington, houve recentemente uma espécie de CPI sobre esse tema. Aqui no Brasil, não tem sentido achar que a tecnocracia do BC seria capaz de controlar a política monetária do país. Não temos nem moeda, estamos mergulhados numa verdadeira desordem monetária. Além disso, já tivemos, nos anos da ditadura militar, uma experiência de fato (não de direito) de BC independente e deu no que deu. Na prática, a tecnocracia é quem mandava, do alto do imponente e faraônico edifício apelidado em Brasília de *Palácio da Inflação*. O resultado é esse desastre que estamos vivendo há anos. Finalmente, é bom lembrar que o sistema financeiro, que tem se entendido muito bem com o BC, também está interessado na independência. É um argumento suficiente para despertar dúvidas.